Centro: Juridicas

Curso: Direito

Titulo: (DES)CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÕES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE NOVA FRIBURGO.

Autores: Souza, D. A. Silva, R. R. Mello, K.M.S. **Email:** muzymello@ig.com.br **IES:** UNESA

Palavra Chave: Eca Exploração Sexual Nova Friburgo

Resumo:

O presente projeto de iniciação científica tem por objetivo geral pesquisar e analisar as respostas do Poder Público municipal ao fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, referindo-se a "relações de caráter comercial e mercantil" conforme conceituação derivada da pesquisa de Eva Faleiros, na cidade de Nova Friburgo, interior do Estado do Rio de Janeiro, para fins de verificar eventual omissão ou desarticulação entre os diversos órgãos e agentes com competência para atuarem positivamente em tais enfrentamentos. Parte-se do microssistema de proteção à infância e juventude consignado na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), bem como das normas constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), especialmente os princípios da proteção integral, da municipalização e da absoluta prioridade no estabelecimento de políticas públicas que visem à garantia dos direitos das referidas pessoas em processo de formação. Especificamente, objetiva-se verificar e analisar a atuação, as propostas, os recursos, os resultados obtidos e a (des)integração entre as principais instituições sediadas no município, de natureza pública e privada, que tenham por missão a proteção de crianças e adolescentes contra a situação de exploração sexual comercial. Não se pretende, pois, investigar as causas do fenômeno na cidade, nem questões ínsitas às pessoas e famílias envolvidas, o que não exclui futura abordagem multidisciplinar nesse sentido. Espera-se que os dados coletados possibilitem avaliação acerca do (des)cumprimento do ECA, mas também de experiências positivas. Para a obtenção dos resultados esperados serão realizados estudos sobre a legislação federal, estadual e municipal e revisão bibliográfica sobre o tema, além de coleta de dados junto aos referidos órgãos municipais e demais instituições para análise sob perspectiva preponderantemente qualitativa, principalmente o Conselho Tutelar, CMDCA, Secretaria de Assistência Social e Ministério Público estadual, entidades do Terceiro Setor e Legislativo Municipal.